



2020

Ano base

2019

Balanço do Setor Público Nacional em foco

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional

MINISTRO DA ECONOMIA

Paulo Roberto Nunes Guedes

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcelo Pacheco dos Guarany

SECRETARIA ESPECIAL DA FAZENDA

Waldery Rodrigues Junior

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Mansueto Facundo de Almeida Júnior

SECRETÁRIO ADJUNTO DO TESOURO NACIONAL

Otávio Ladeira de Medeiros

SUBSECRETARIAS DO TESOURO NACIONAL

Subsecretaria de Contabilidade Pública – Gildenora Batista Dantas Milhomem

Subsecretaria de Assuntos Corporativos – Paula Bicudo de Castro Magalhaes

Subsecretaria de Dívida Pública – José Franco Medeiros de Moraes

Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Política Fiscal – Pedro Jucá Maciel

Subsecretaria de Gestão Fiscal – Adriano Pereira de Paula

Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais – Pricilla Maria Santana

Subsecretaria de Riscos, Controles e Conformidade – Waldeir Machado da Silva

COORDENADOR-GERAL DE NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Leonardo Silveira do Nascimento

COORDENADOR DE SUPORTE ÀS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Renato Perez Pucci

EQUIPE TÉCNICA

Alison de Oliveira Barcelos

Ana Karolina Almeida Dias

Bruno Orsi Teixeira

Cláudia Magalhães Dias Rabelo de Sousa

Cristina Quintão Vieira

Daniela Monteiro Rodrigues de Lima

Daniele Muniz de Oliveira Silva

Diego Rodrigo Lopes Batista Rocha

Eric Gonçalves

Francisca Jacqueline Modesto de Araújo

Gabriela Leopoldina Abreu

Gislaine Messias de Lima

Jeanne Vidal de Araújo

Leandro Moreira Souto

Maria José Pereira Yamamoto

Melissa Aracema Justus

Paulo Henrique de Godoy Machado

Rafael Danilo de Sales Leal

Rodrigo Pereira Neves

Washington Nunes Leite Junior

Arte

Viviane Barros e Hugo Pullen

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

Informações

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

Telefone: (61) 3412-1843

Correio eletrônico ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Última alteração: 29 de junho de 2020

BALANÇO DO SETOR PÚBLICO NACIONAL

EXERCÍCIO DE 2019

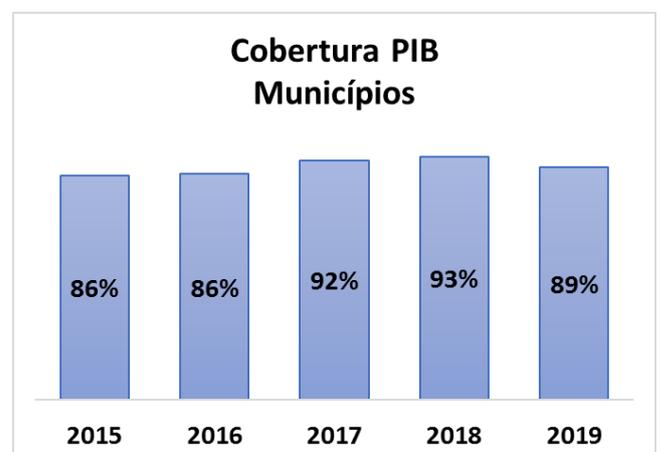
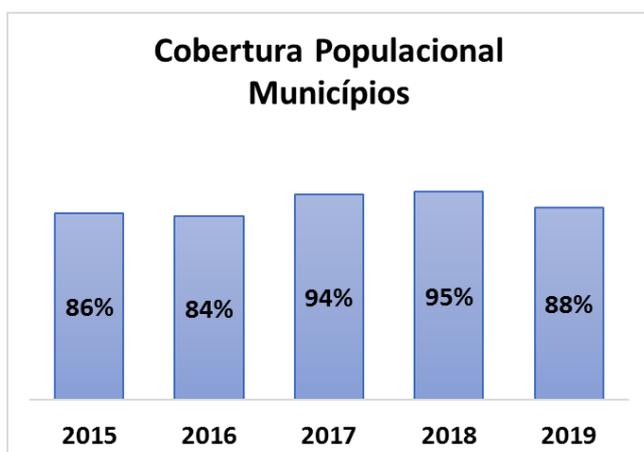
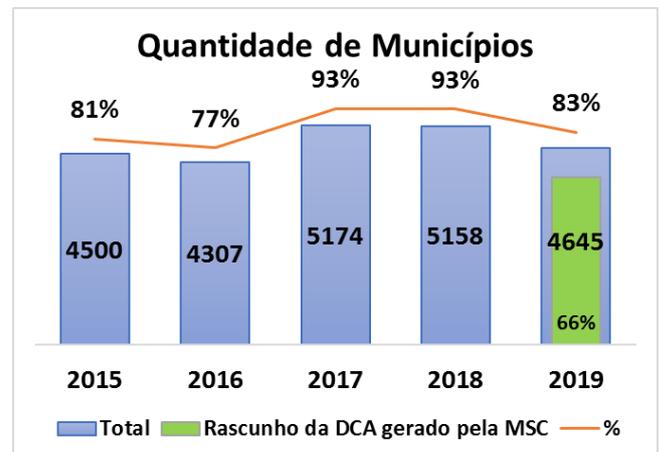
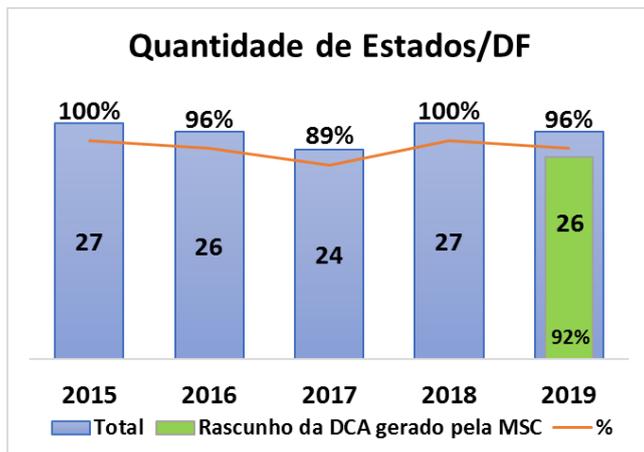
30 de junho de 2020

O Balanço do Setor Público Nacional (BSPN) é uma publicação anual que apresenta as contas consolidadas da Federação Brasileira, conforme previsto no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF). Congrega as contas de todos os poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo também o Ministério Público e a Defensoria Pública, e contempla as esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal. Os dados apresentados referem-se ao exercício de 2019 e contemplam 4.645 municípios, 25 estados, o Distrito Federal e a União, que encaminharam suas contas por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) até o dia 02 de junho de 2020.

Evolução da Abrangência da Consolidação

Ao longo do tempo, a quantidade de entes que compuseram a consolidação aumentou consideravelmente e, desde 2017, já alcançou patamares muito relevantes, aproximando-se cada vez mais da totalidade dos entes da federação brasileira. No entanto, em 2019, houve uma pequena queda na quantidade de municípios consolidados. Tal queda já era esperada em virtude da pandemia de COVID-19. Quando levado em consideração a cobertura populacional e do PIB dos municípios, verifica-se que os dados de 2019 ainda representam uma parcela muito significativa dos municípios brasileiros.

O ano de 2019 trouxe mais uma novidade que foi a geração automática do rascunho da Declaração de Contas Anuais (DCA) por meio do processamento da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) de encerramento que foi enviada pelos entes ao Siconfi. Este novo procedimento traz um ganho de produtividade e de qualidade da informação muito importantes.



Principais Informações

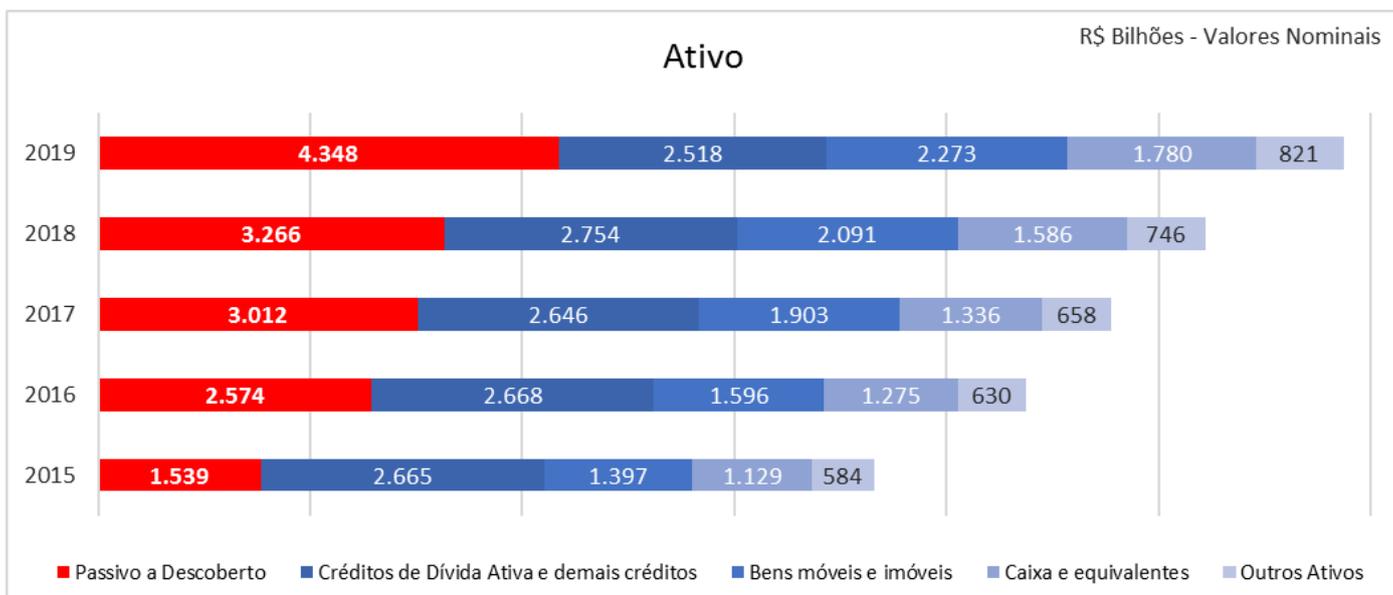
Estes são alguns números macro que são apresentados ao longo do BSPN:

Valores Patrimoniais		Valores Orçamentários
Ativo Total: R\$ 7.393 bilhões	Receitas por Competência: R\$ 6.098 bilhões	Receitas Orçamentárias: R\$ 4.690 bilhões
Passivo Total: R\$ 10.141 bilhões	Despesas por Competência: R\$ 6.562 bilhões	Despesas Orçamentárias: R\$ 4.423 bilhões
Passivo a Descoberto: R\$ -4.348 bilhões	Déficit do Período: R\$ - 464 bilhões	Superávit Orçamentário: R\$ 267 bilhões

Ativos e Passivos - BP

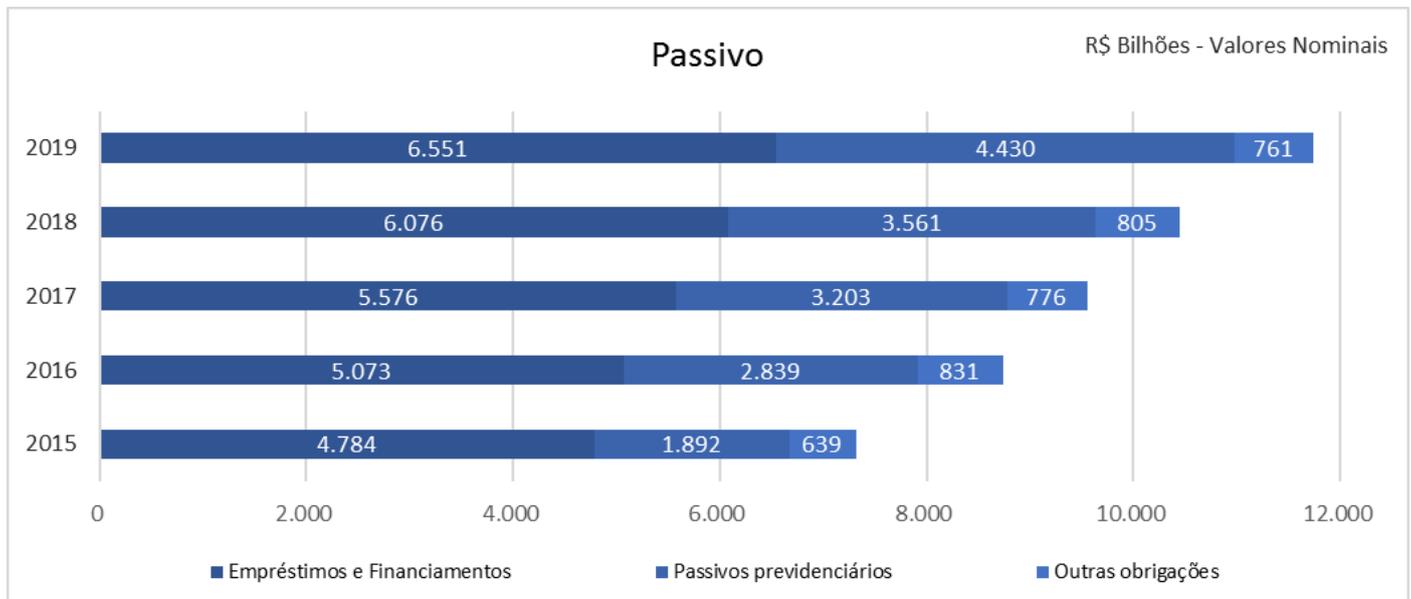
O Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública em determinada data por meio de contas representativas do patrimônio público. O BSPN apresenta valores consolidados. Ou seja, encontra-se deduzido das transações recíprocas entre os entes consolidados.

A contabilidade aplicada ao setor público passa por um momento de transição e, por consequência, a consolidação das contas públicas também. Parte dos procedimentos para reconhecimento e mensuração dos bens, direitos e obrigações ainda não é obrigatória para todos os entes da Federação. Os prazos-limites para a implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais foram estabelecidos pela Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015 e variam de 2015 a 2024. A adoção desses procedimentos traz reflexos nas demonstrações contábeis e podem explicar grandes variações ao longo desse período.



O **Ativo Total** representa a soma de bens e direitos. Neste exercício, o saldo teve um aumento de 3,0% para R\$ 7.393 bilhões (R\$ 7.177 bilhões em 2018). É composto da seguinte forma:

- R\$ 2.518 bilhões em Créditos de Dívida Ativa, tributária e não tributária, e demais créditos;
- R\$ 2.273 bilhões em bens móveis, p.ex.: veículos, e bens imóveis, p. ex.: terrenos, prédios e ativos de infraestrutura;
- R\$ 1.780 bilhões em caixa e equivalentes, abrangendo recursos da conta única dos Tesouros e outros depósitos bancários;
- R\$ 821 bilhões em participações em estatais e outros ativos.



O **Passivo Total** representa a soma das obrigações presentes. Neste exercício, o saldo teve um aumento de 12,4% para R\$ 11.741 bilhões (R\$ 10.443 bilhões em 2018). É composto da seguinte forma:

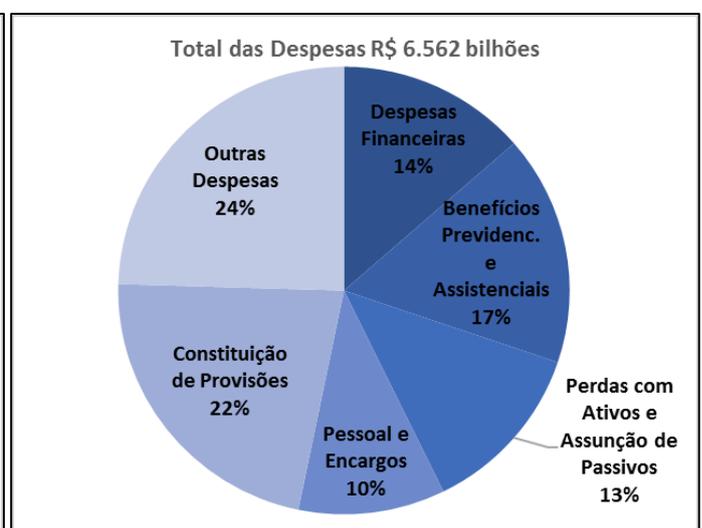
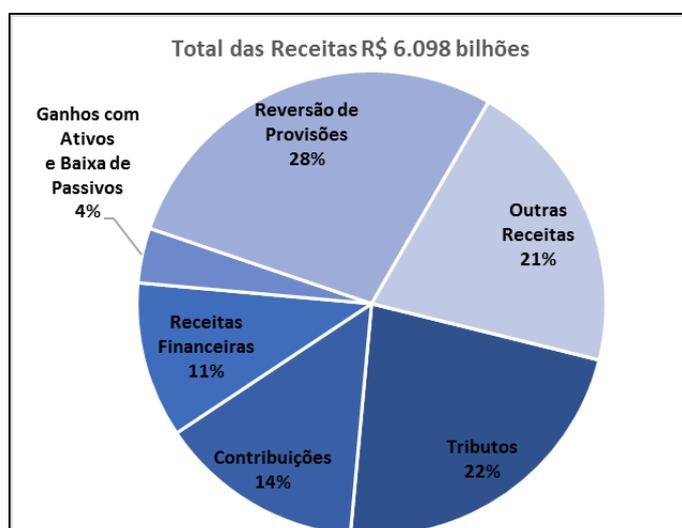
- R\$ 6.551 bilhões em financiamentos na forma de dívida pública mobiliária e contratual;
- R\$ 4.430 bilhões em passivos relacionados aos regimes previdenciários;
- R\$ 761 bilhões em outras obrigações.

O **Patrimônio Líquido** é o valor residual dos ativos dos entes públicos depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo negativo de R\$ 4.348 bilhões é denominado **Passivo a Descoberto**. Nesse montante estão incluídos também o resultado do período e os ajustes da exclusão de saldos de transações recíprocas entre os entes da Federação.

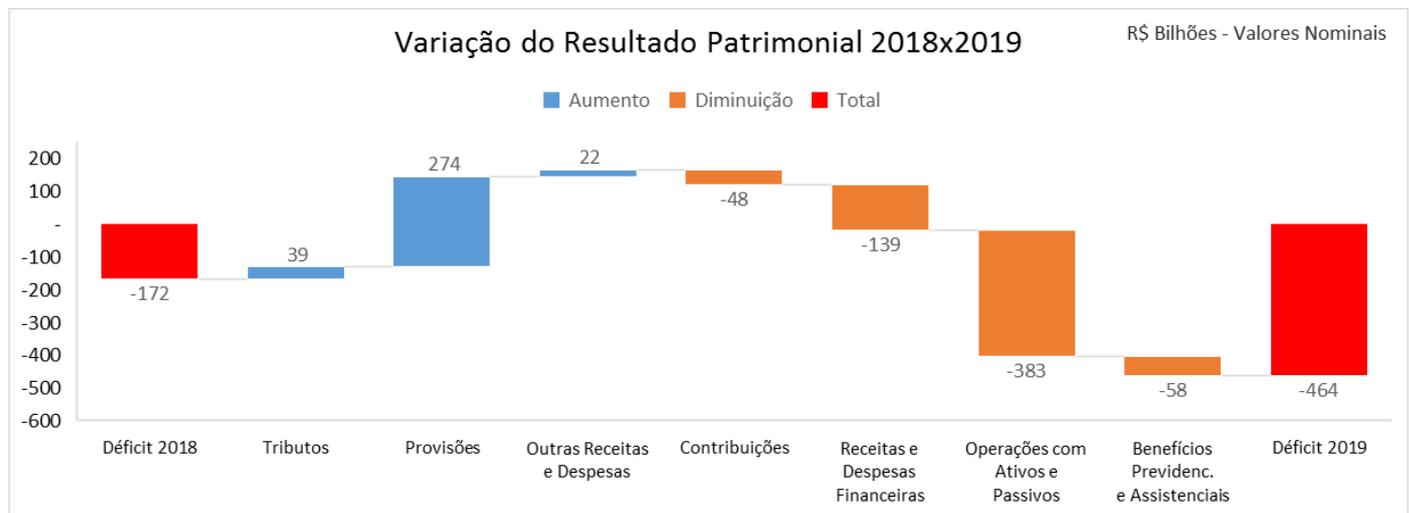
Alinhando-se aos países que apresentam as melhores práticas em contabilidade pública como o Reino Unido, Estados Unidos, Austrália e Canadá, a inversão do Patrimônio Líquido no BSPN reflete a principal atividade das entidades públicas: a prestação de serviços públicos à população (*service oriented*), ao contrário do que seria esperado em uma empresa, a qual visa principalmente o lucro (*profit oriented*). É natural que os Governos apresentem esse panorama contábil quando assumem compromissos que visem à sustentabilidade de políticas públicas, cuja capacidade para cumpri-los depende dos tributos e das contribuições a serem arrecadados no futuro.

Receitas e Despesas por competência - DVP

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve evidenciar todos os itens de Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) reconhecidos no período contábil, bem como o resultado patrimonial do exercício. Receitas e despesas por competência são reconhecidas no período e que ocorre o fato gerador respectivo (e não necessariamente quando houver entrada ou saída de caixa, ou ainda, autorização orçamentária).



As receitas por competência do Governo e das entidades do Setor Público são oriundas em grande parte de tributos e contribuições e são aplicadas em despesas financeiras e benefícios previdenciários e assistenciais. O déficit patrimonial deste exercício, representado pela diferença entre as receitas e despesas por competência, de R\$ 464 bilhões, foi maior que o déficit registrado no exercício de 2018, R\$ 172 bilhões.



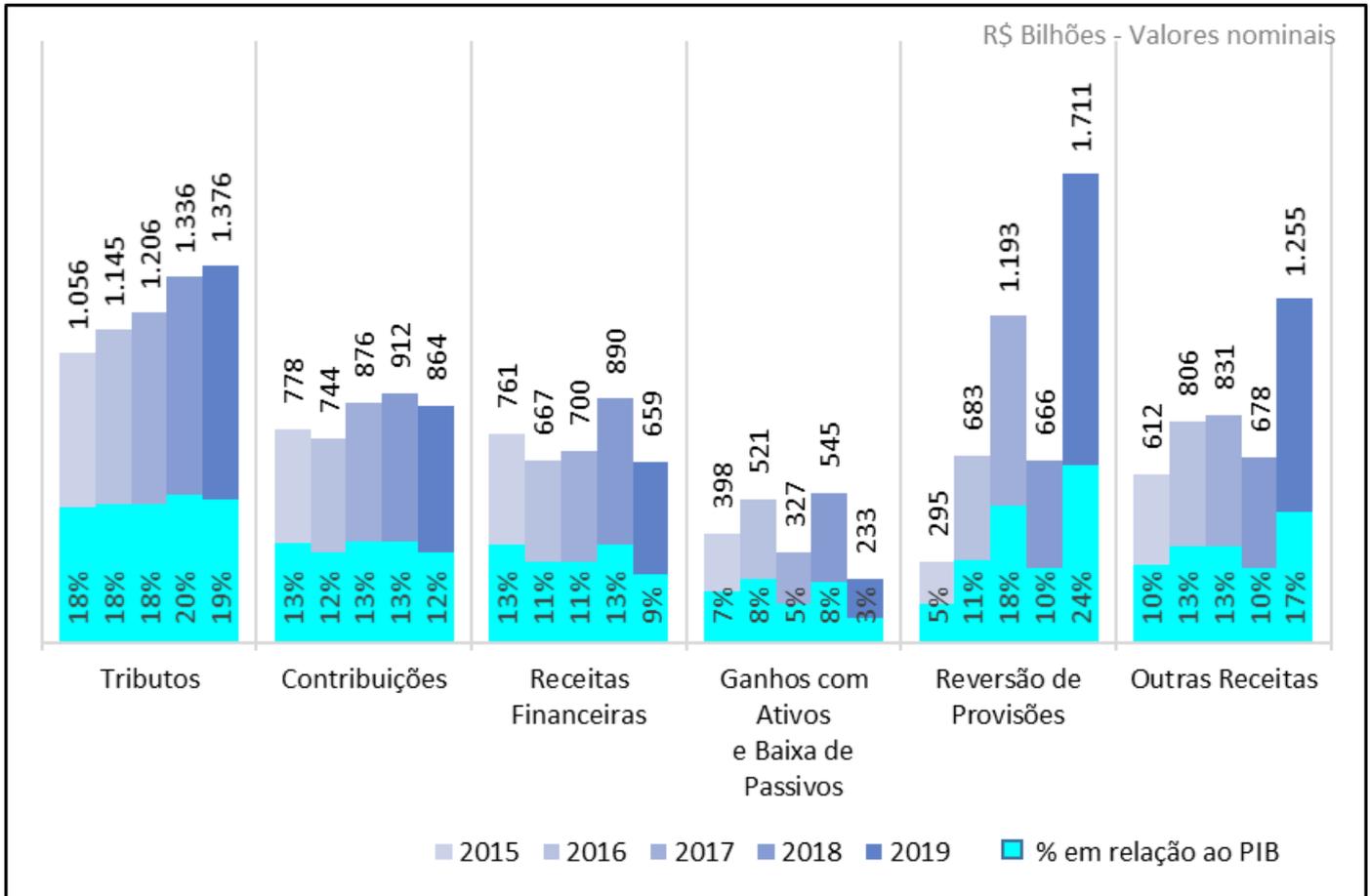
Como pode ser observado no gráfico, o déficit patrimonial aumentou em 2019. Isso se deu principalmente devido a uma redução nos valores de operações com ativos e passivos, tais como: incorporação de ativos, desincorporação de passivos e reavaliações de ativos etc.; e a uma redução no valor líquido entre receitas e despesas financeiras, notadamente em razão da queda das receitas financeiras auferidas. O aumento do déficit só não foi mais significativo, principalmente, devido ao aumento expressivo nas reversões de provisões.

Destaques das Receitas e das Despesas por competência

Receitas por competência

Composição das Receitas por Competência:

- Tributos – abrangem impostos, taxas e contribuições de melhorias.
- Contribuições – abrangem contribuições sociais, econômicas, de iluminação pública e outras.
- Receitas financeiras – são compostas de juros e encargos de empréstimos concedidos, variações monetárias e outras.
- Ganhos com ativos e Baixa de passivos – compreendem reavaliação de ativos, ganhos com alienação, cancelamento de restos a pagar e outros.
- Reversão de Provisões – compreendem os ajustes positivos da atualização de provisões e perdas de créditos.
- Outras Receitas – são receitas não incluídas nos grupos anteriores.

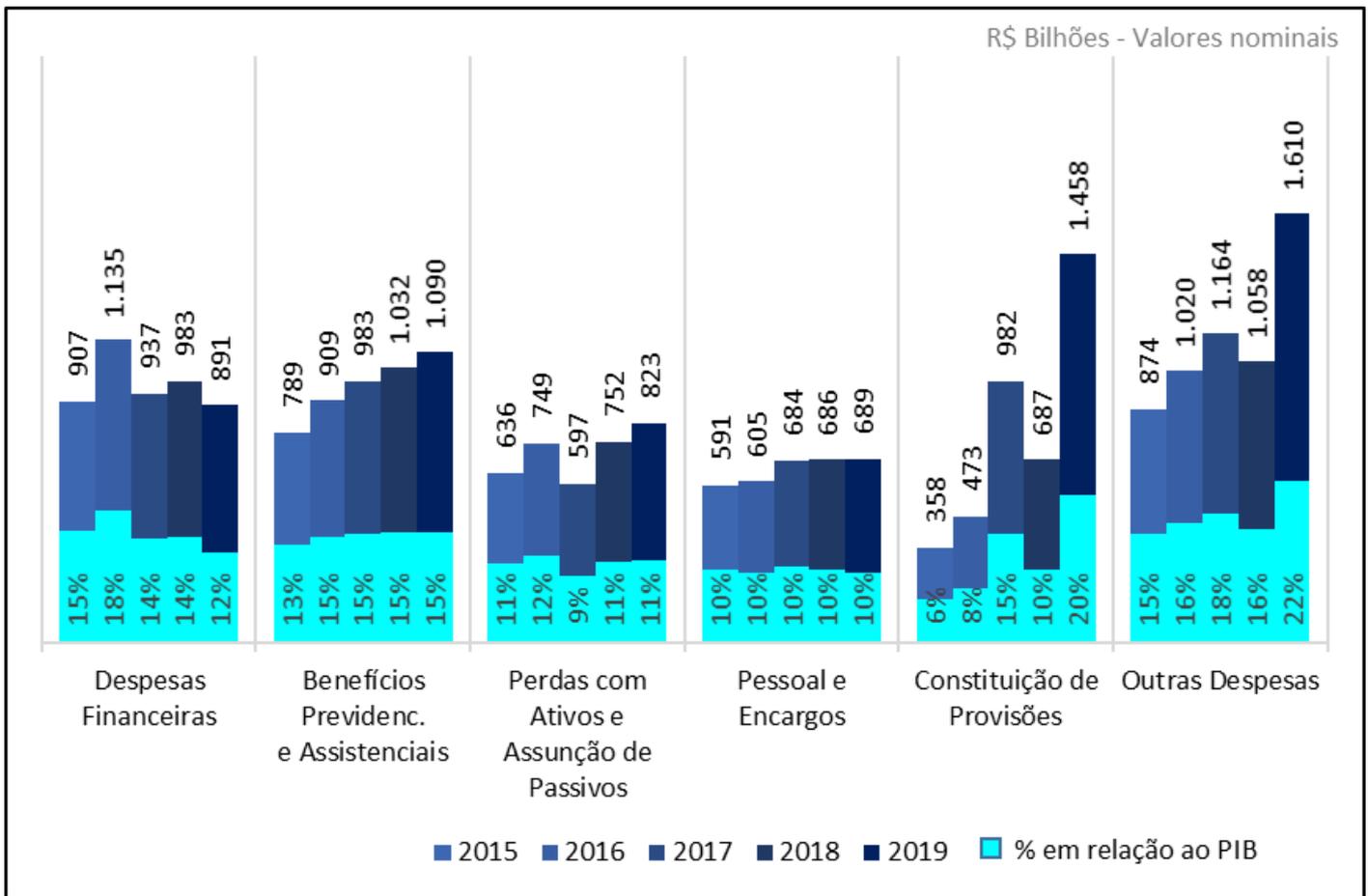


As receitas por competência foram 6.098 bilhões em 2019. Esse valor representa um aumento de 21,3% em relação a 2018. Em grande parte, esse aumento refere-se a um aumento na rubrica “Reversão de Provisões” que subiu R\$ 1.045 bilhões quando comparadas ao ano anterior. Destaca-se ainda a redução de 57,3%, ou 312 bilhões, apresentada na linha de Ganhos com Ativos e Baixa de Passivos. A rubrica de “Outras Receitas” apresentou um aumento de 577 bilhões devido, principalmente, a um valor de 539 bilhões informado pelo estado de Goiás como “Outras transferências e delegações recebidas”. Segundo o Balanço Geral do Estado, esse valor refere-se a reflexos de uma reforma administrativa promovida pelo estado.

Despesas por competência

Composição das Despesas por Competência:

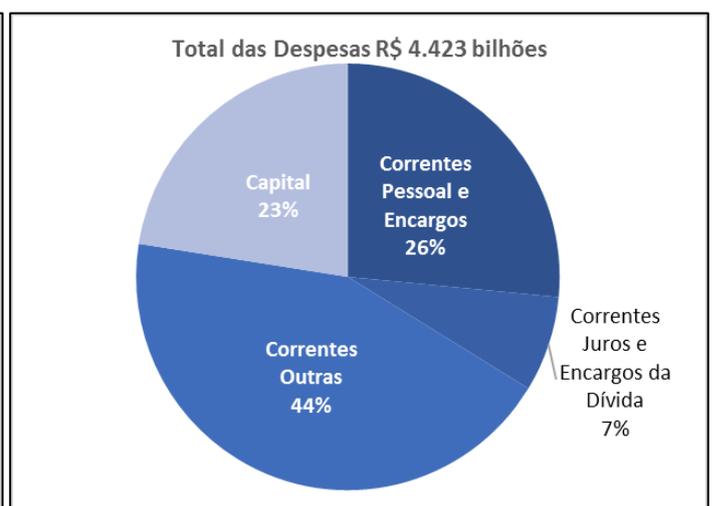
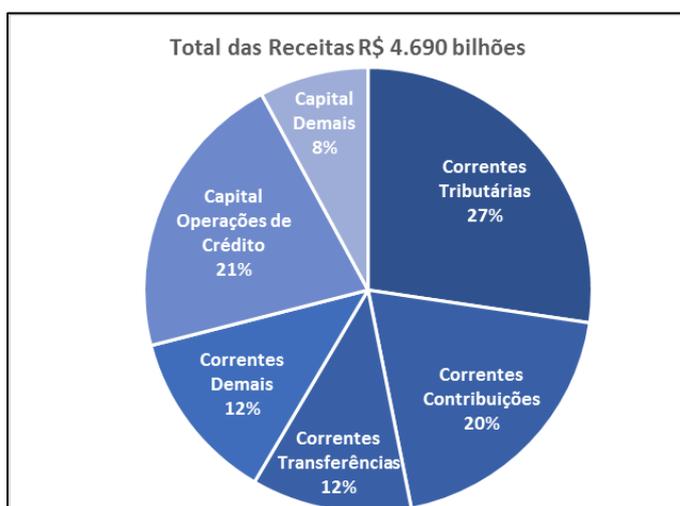
- Despesas Financeiras – são compostas de juros e encargos de empréstimos obtidos, variações monetárias e outras.
- Benefícios Previdenciários e Assistenciais – abrangem aposentadorias, pensões, transferências de renda e outras.
- Perdas com ativos e Assunção de passivos – compreendem baixas de ativos, perdas com alienação, assunção de obrigações, entre outras.
- Pessoal e Encargos – abrangem remunerações, encargos patronais, auxílios e benefícios relacionados ao trabalho (exceto aqueles de natureza previdenciária ou assistencial).
- Reversão de Provisões – compreendem os ajustes negativos da atualização de provisões e perdas de créditos.
- Outras Despesas – são despesas não incluídas nos grupos anteriores.



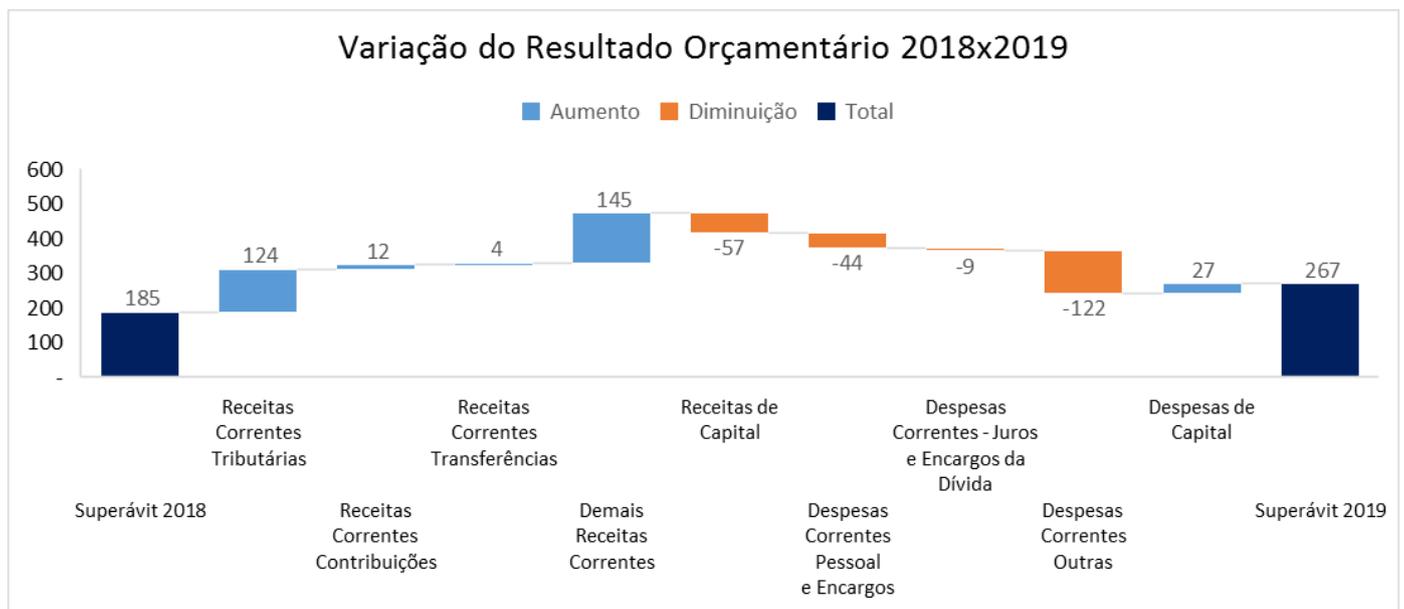
As despesas por competência foram 6.562 bilhões em 2019. Esse valor representa um aumento de 26,2% em relação a 2018. Em grande parte, esse aumento refere-se a um aumento na rubrica “Constituição de Provisões” que subiu R\$ 771 bilhões quando comparadas ao ano anterior. Destaca-se ainda o crescimento de 552 bilhões, ou 52,1%, apresentado na linha de “Outras Despesas”. Este aumento foi verificado devido, principalmente, a um valor de 539 bilhões informado pelo estado de Goiás em “Outras transferências e delegações concedidas”. Segundo o Balanço Geral do Estado, esse valor refere-se a reflexos de uma reforma administrativa promovida pelo estado.

Receitas e Despesas Orçamentárias

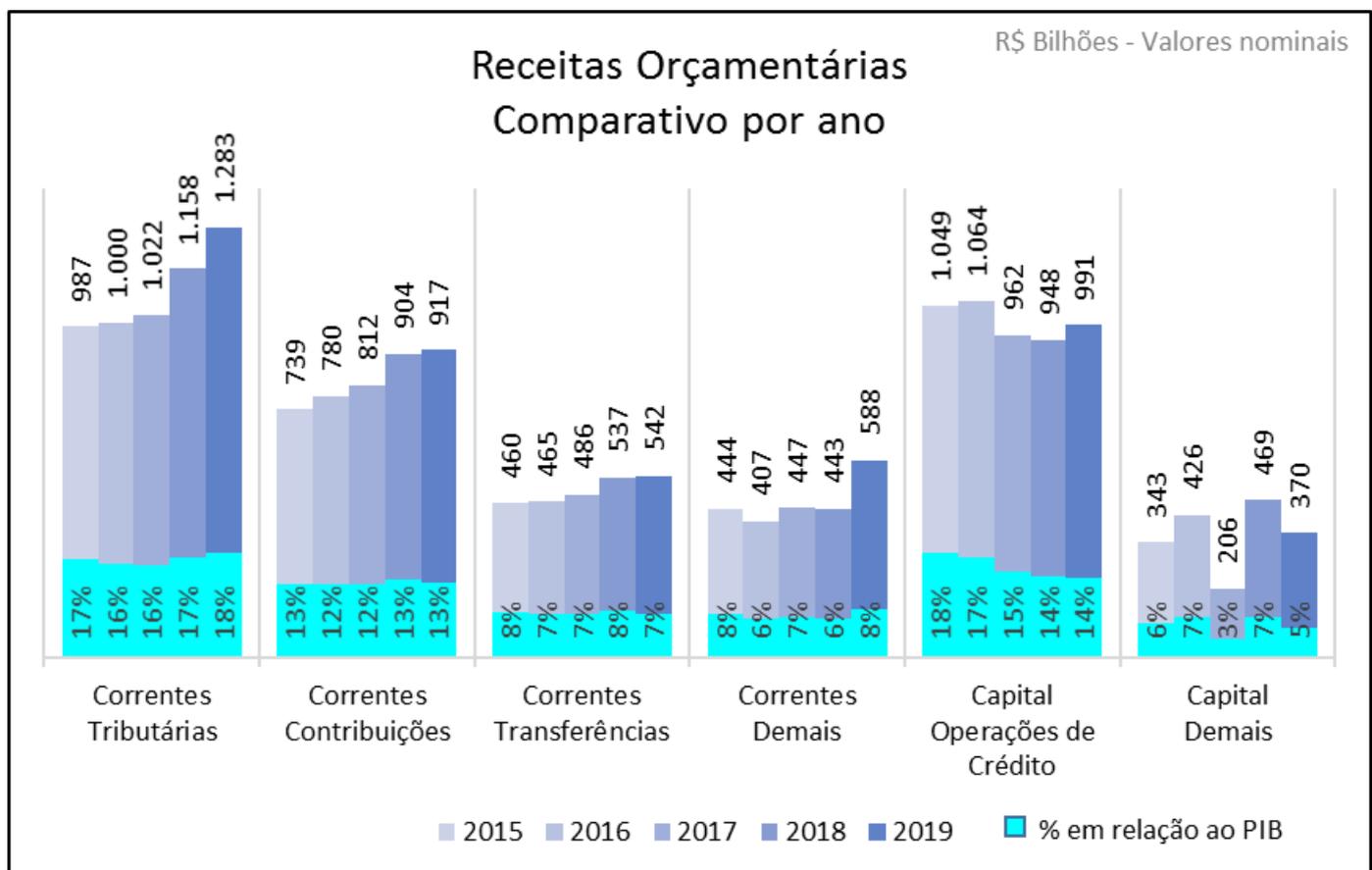
As receitas e despesas orçamentárias representam os valores conforme disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Ou seja, são as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício financeiro e são diretamente relacionadas ao orçamento. Como as receitas e despesas por competência levam em consideração as variações patrimoniais, independentes da execução orçamentária, é natural que os valores sejam diferentes caso sejam comparados os dois conceitos.

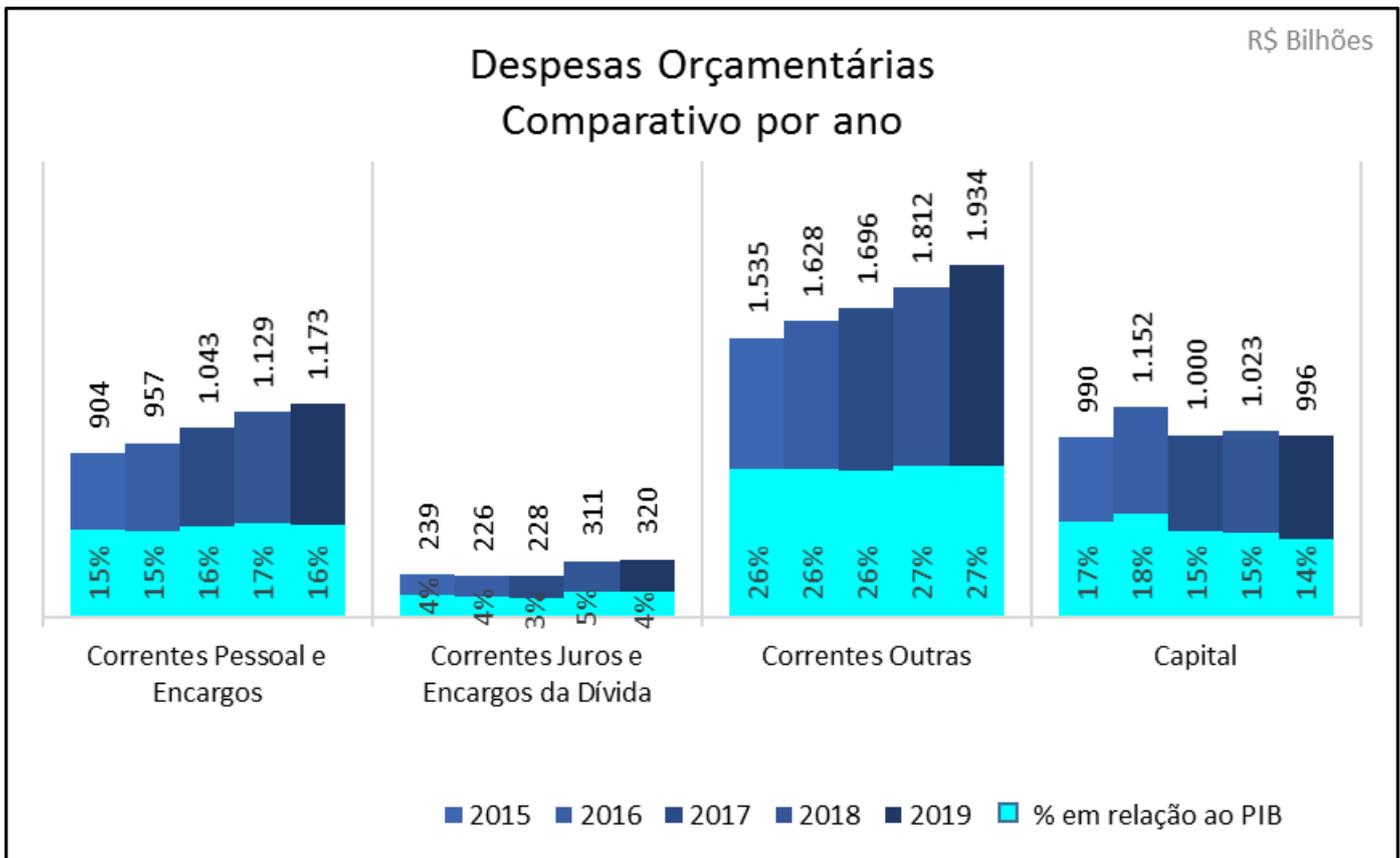


O superávit orçamentário deste exercício, representado pela diferença entre as receitas e despesas orçamentárias, de R\$ 267 bilhões, foi maior que o superávit registrado no exercício de 2018, R\$ 185 bilhões.



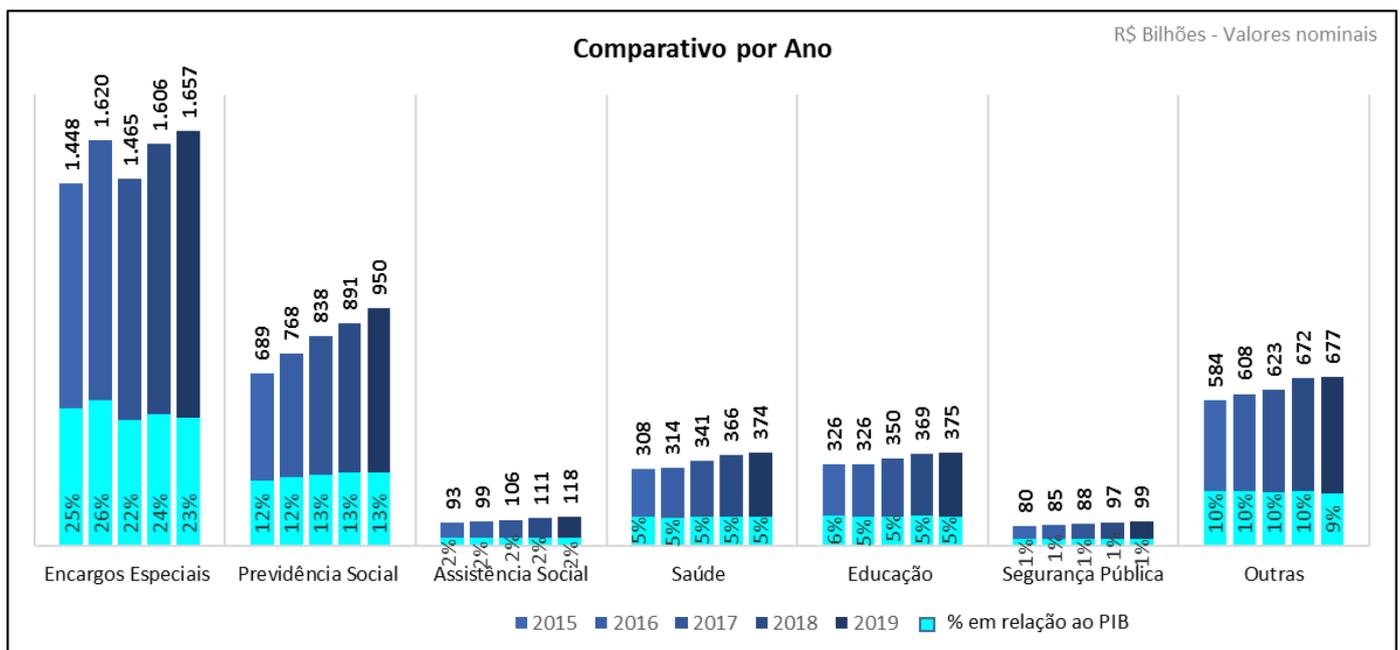
O resultado orçamentário em 2019 apresentou um aumento principalmente devido a variações nas receitas correntes tributárias e nas demais receitas correntes, superando o aumento de todas as despesas correntes.





Despesas Orçamentárias por Função

O Demonstrativo das Despesas por Função tem como propósito possibilitar o estudo da alocação dos recursos públicos, com base nas áreas de atuação presentes na classificação funcional estabelecida pela Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999 e, assim, fornecer subsídios para a análise de sua adequação ou necessidade de revisão.



O maior valor encontra-se na função “Encargos Especiais” (39% do total de 2019), que contempla, dentre outros, a amortização e o refinanciamento da dívida. Ressalva-se que parte desses encargos representa refinanciamento da dívida, ou seja, o pagamento de amortizações da dívida (principal) por meio da emissão de novos títulos públicos. Outra função que merece destaque é a “Previdência Social” (22,3% do total de 2019), que vem crescendo ano após ano. Em 2019, o acréscimo foi de 6,2%, ou R\$ 59 bilhões. A função “Outras” também demonstrada no gráfico contempla, na verdade, diversas funções que, individualmente apresentam valores relativamente baixos em relação ao total de despesas.